



## A recepção do Magistério do Papa Francisco pela Igreja Católica no Brasil: princípios e urgências para a missão

The reception of the Magisterium of Pope Francis by Catholic Church in Brasil: principles and urgencies for the mission

Elias Wolff\*

### Resumo

O magistério do Papa Francisco retoma processos eclesiais e pastorais que possibilitam o *aggiornamento* conciliar da Igreja Católica em seu *modus essendi et operandi*. Expressa uma Igreja “em saída” de esquemas e estruturas rígidas e inflexíveis, movida pela dinamicidade e “alegria do Evangelho” que a torna missionária. Essa Igreja reconfigura dinâmicas internas no espírito da colegialidade e da sinodalidade, tornando clero e laicato, homens e mulheres corresponsáveis na missão; e se mostra parceira da sociedade, dialogando sobre seus problemas e colaborando nas soluções. Este estudo analisa a recepção do magistério do Papa Francisco na Igreja Católica do Brasil. Identifica princípios iluminadores desse pontificado para a Igreja hoje e aponta urgências que a sociedade brasileira apresenta para a sua missão. O método utilizado é a análise qualitativa de textos do Papa Francisco, comparando com a realidade brasileira. Conclui que a recepção do seu magistério acontece entre uma obediência relutante, principalmente no clero, que acaba numa formalidade jurídica, como uma espécie de obediência silenciosa; e uma recepção convicta, principalmente pelas lideranças leigas. Essas posturas se chocam com as resistências tácitas ao Papa Francisco. Permanece o desafio de realizar efetiva incidência do seu magistério nas estruturas e nos processos pastorais das comunidades católicas.

**Palavras-chave:** Magistério do Papa Francisco. Recepção. Igreja no Brasil.

### Abstract

The magisterium of Pope Francis resumes ecclesial and pastoral processes that make possible the conciliar *aggiornamento* of the Catholic Church in its *modus essendi et operandi*. It expresses a Church “on the way out” of rigid and inflexible schemes and structures, moved by the dynamism and “joy of the Gospel” that makes it missionary. This Church reconfigures internal dynamics in the spirit of collegiality and synodality, making clergy and laity, men and women co-responsible for the mission; and it shows itself as a partner of society, dialoguing about its problems and collaborating on solutions. This study analyzes the reception of the teaching of Pope Francis in the Catholic Church in Brazil. It identifies illuminating principles of this pontificate for the Church today and points out the urgent needs that Brazilian society presents for its mission. The method used is the qualitative analysis of texts by Pope Francis, comparing them to the Brazilian reality. He concludes that the reception of his magisterium takes place amidst a reluctant obedience, especially among the clergy, which ends up in a legal formality, as a kind of silent obedience; and a convinced reception, especially by lay leaders. These postures clash with tacit resistance to Pope Francis. The challenge remains to make an effective impact of his teaching on the structures and pastoral processes of Catholic communities.

**Keywords:** Pope Francis' Magisterium. Reception. Church in Brazil.

---

Artigo submetido em 31 de maio de 2021 e aprovado em 04 de janeiro de 2022.

\* Doutor em Teologia. Membro do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR. País de origem: Brasil. E-mail: elias.wolff@pucpr.br.

## Introdução

O pontificado do Papa Francisco aparece como novo sopro de bons ventos sobre o concílio Vaticano II, recuperando os ares primaveris de então para a Igreja Católica no século XXI. Isso acontece por duas principais razões: de um lado, porque retoma processos eclesiais e pastorais nucleares desse concílio, mostrando que o seu ensino tem valor para o nosso tempo. De outro lado, porque identifica claramente os desafios da missão hoje, propondo novas intuições eclesiológicas e pastorais que tornam a Igreja atenta às interpelações que o mundo atual faz para a missão. Assim, Francisco propõe reafirmar a “Alegria do Evangelho” numa “Igreja em saída”, o que exige reformas e “conversão pastoral”, revigorando a missionariedade de toda ação eclesial. Isso exige opções concretas para a Igreja como um todo, no pensar teológico, na espiritualidade e na pastoral, nas instituições, nas posturas das lideranças, que requerem mudanças que atingem as suas “estruturas centrais”. A finalidade é tornar a Igreja sempre mais fiel ao Evangelho que crê e proclama. E para isso convoca à corresponsabilidade entre clero e laicato, homens e mulheres, na missão comum de proclamar e testemunhar o Evangelho.

O Papa Francisco não fala apenas à Igreja, fala também à sociedade. Não para ensinar, mas para mostrar sua disponibilidade para percorrer com ela os caminhos que conduzem à realização das aspirações por paz, justiça, solidariedade. Identifica problemas no mundo atual, e apresenta uma Igreja aberta ao diálogo com o mundo, disposta a “primeirar” nas iniciativas que promovem o bem comum. Tal é a sua proposta por uma nova economia, um pacto global de educação e a defesa da Casa Comum, entre outros.

Neste estudo propomos analisar como acontece a recepção do magistério do Papa Francisco na Igreja Católica do Brasil. O método utilizado para isso é a análise qualitativa de documentos e pronunciamentos do Papa. Por análise qualitativa, entendemos uma leitura interpretativa das fontes identificando o perfil da Igreja e da missão que elas apresentam. E as analisamos em relação com a caminhada eclesial no Brasil, verificando como ecoam em documentos da CNBB a proposta do Papa Francisco de uma Igreja em saída, a conversão pastoral em perspectiva missionária, a reorganização da paróquia, a ação do laicato na Igreja

e na sociedade, entre outros. Assim, por recepção não se entende uma mera aceitação formal e jurídica de Francisco como o líder maior do catolicismo na atualidade. A recepção precisa ser também um ato teológico, espiritual e pastoral, um verdadeiro *sentire cum ecclesia* as realidades da fé e da sociedade brasileira. De um lado, isso pode ser favorecido ao se constatar que, em muito, o magistério de Francisco está em sintonia com a caminhada da Igreja e da teologia latino-americana. De outro lado, porém, talvez justamente nisso esteja o problema: a recepção do magistério de Francisco exige retomar processos eclesiais e pastorais que a Igreja no Brasil e na América Latina desenvolvem a partir do Vaticano II. E nos tempos atuais, são poucos os segmentos do catolicismo brasileiro que estão em sintonia com esse caminhar da Igreja. Para suprir as exigências e superar as resistências que aí se manifestam, apontamos alguns princípios iluminadores no pontificado de Francisco, bem como urgências para a Igreja no Brasil, como concretude da recepção do seu ministério.

## 1 O Papa Francisco e a Igreja Católica no Brasil

Em meios católicos brasileiros o pontificado de Francisco é recebido de diferentes formas, como *surpresa* por ser um latino-americano, primeiro fato na histórica do catolicismo; *perplexidade*, pela incógnita das possibilidades para governar uma das estruturas mais complexas do mundo; *resistência*, da parte de quem o conhecia em seu pensamento teológico e sua ação pastoral em Buenos Aires, vinculado à “teologia do povo”; e com *alegria e esperança*, também por quem o conhecia em sua teologia e ação, com expectativas de novidades nas estruturas da igreja. Essas posturas se manifestam no episcopado brasileiro, em meio aos presbíteros e lideranças leigas, com tensões entre acolhida e resistência às propostas que o papa faz para mudanças na Igreja.

No âmbito institucional, há uma positiva relação entre Francisco e o episcopado católico brasileiro, como se observa nas relações com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nas *Visitas ad limina apostolorum* que os bispos fazem a Roma<sup>1</sup>, e nas mensagens que o Papa, em diversas ocasiões,

---

<sup>1</sup> Conforme os cân. 399 e 400 do Código de Direito Canônico, a cada cinco anos os bispos devem fazer uma visita aos túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo em Roma, quando então apresentam um relatório sobre a situação pastoral de suas dioceses e ouvem conselhos e orientações do Papa.

envia à Igreja no Brasil. Como arcebispo de Buenos Aires, José Mario Bergoglio esteve muitas vezes no Brasil, mas como Papa Francisco sua primeira visita foi durante a 28<sup>a</sup>. Jornada Mundial da Juventude, quando Francisco afirmou ao episcopado brasileiro que “os Bispos de Roma tiveram sempre o Brasil e sua Igreja em seu coração”, e encorajou os bispos para que ‘Amem sempre, com total dedicação, o seu rebanho!’.” (FRANCISCO, 2013c, item n. 2). Em exemplos mais recentes, por ocasião da Semana da Vida Religiosa Consagrada no Brasil em agosto de 2020, escreveu na *Carta aos religiosos/as* do país, que frente aos desafios atuais não se deve fragilizar o testemunho de Jesus como “o primeiro e o único amor” (FRANCISCO, 2020a, item 2). Na mensagem que encaminhou à 58<sup>a</sup>. Assembleia Geral da CNBB, em abril de 2021, o Papa expressou solidariedade a todo o povo brasileiro “[...] num momento em que este amado país enfrenta uma das provas mais difíceis da sua história” (FRANCISCO, 2021a) por causa da pandemia da COVID 19, incentivando os bispos a serem sinal de unidade e de reconciliação, na Igreja e na sociedade. E na mensagem às Igrejas que realizaram a V Campanha da Fraternidade Ecumênica em 2021, o pontífice afirmou que “A CFE 2021 quer convidar os cristãos e pessoas de boa vontade a pensarem, avaliarem e identificarem caminhos para a superação das polarizações e das violências que marcam o mundo atual” (cf. FRANCISCO, 2021b), incentivando à vivência do tema da CFE, “*Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor*”; e do lema “*Cristo é a nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade*” (Ef 2, 14).

São alguns dos muitos exemplos que mostram a positiva interação entre o Papa Francisco e a Igreja no Brasil. Não se trata apenas de relações cordiais, mas de corresponsabilidade na missão entre a Igreja universal e as Igrejas locais. Missão assumida no espírito da colegialidade e da sinodalidade que caracterizam o pontificado de Francisco.

## **2 A consciência epocal do Papa Francisco**

A consciência da missão requer da Igreja uma consciência epocal, compreendendo os impactos das mudanças atuais pelo progresso científico e as inovações tecnológicas, com sua aplicação nos diversos âmbitos da vida humana e da criação; a cultura digital que influencia a atual era do conhecimento e

revoluciona as formas de informação e de comunicação; as tendências globalizantes da cultura da “pós-modernidade” ou “modernidade tardia”; o pluralismo de sentido - religioso ou não, entre outros. Grande parte da humanidade sofre as consequências do mercado globalizado, que submete a política à economia, com o esfacelamento das culturas locais, o empobrecimento e a fome, as guerras, a negação dos direitos humanos e ambientais. E isso se agrava de forma extrema no atual contexto de pandemia do novo coronavírus e da COVID 19. As lideranças políticas das nações têm se mostrado incapazes de encontrar saídas para o bem da coletividade.

O Papa Francisco tem ciência dessa realidade e, segundo Leonardo Boff, na encíclica *Fratelli tutti* ele

ataca diretamente as quatro pilastras que sustentam a atual ordem mundial: o mercado em termos de economia, o neoliberalismo em termos de política, o individualismo em termos de cultura e a devastação da natureza, em termos de ecologia. (BOFF, 2020, item 1).

Francisco identifica “as sombras de um mundo fechado” (FT cap. I) e critica duramente a “economia da exclusão” (EG 53-54) que causa a “desigualdade social que gera violência” (EG 59-60), “novas pobreza” (FT 21) e o “descarte mundial” (FT 18). No âmbito cultural, o papa se opõe à cultura da “indiferença relativista” (EG 61), o individualismo e o egoísmo que “esmorecem os sentimentos de pertença à mesma humanidade; e o sonho de construirmos juntos a justiça e a paz parece uma utopia de outros tempos” (FT 30). A globalização aproxima as pessoas, mas não as torna fraternas (FT 12), pois não há um projeto para todos (FT 15-17). A encíclica *Laudato Si’* apresenta a gravidade das questões ambientais como a poluição e as mudanças climáticas (LS 20-26), a dissolução dos ecossistemas e a perda da biodiversidade (LS 32-42), entre outros fatores, que causam deterioração da qualidade de vida humana e aumenta ainda mais a “desigualdade planetária” (LS 48-52). O papa pede que o “discurso verde” integre a justiça social e ouça o grito da terra e dos pobres (LS 49), pois “tudo está interligado” (LS 91). No âmbito religioso, Francisco questiona movimentos com tendências fundamentalistas e de “uma espiritualidade sem Deus” (EG 63), que parecem tanto reagir ao materialismo e consumismo atuais, quanto tirar proveito desse contexto, com prejuízo ao sentimento religioso das populações carentes (EG 63). Denuncia o “mundanismo espiritual”, que busca

apenas o bem-estar humano, sob “aparências de religiosidade” (EG 93). Na esteira do capitalismo, há também sistema religioso que “Deixa em pé somente a necessidade de consumir” (FT 13).

Tais desafios são enfrentados também pela Igreja no Brasil. A Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, deixou claro os muros que dividem a sociedade brasileira: tratou do alto índice de empobrecimento e miséria; das diversas expressões da xenofobia; do racismo, do preconceito e da discriminação étnica, cultural e religiosa; das questões de gênero e da violência social (CONIC, 2021). O Papa Francisco incentiva para que as Igrejas colaborem na superação desses problemas com projetos de incidência social, construindo a justiça e a equidade na distribuição dos bens da Casa Comum.

O desafio para a Igreja Católica no Brasil é assumir o tom com o qual o Papa trata de temas da pauta ética, como o divórcio nas famílias, a homossexualidade, questões de gênero. Em geral, o papa faz uma abordagem progressista desses temas, deixando de lado o tom doutrinal de um catolicismo dogmático. Ele sabe que a Igreja precisa “dar razão para suas posições doutrinárias e éticas à sociedade contemporânea.” (ChV 40). Mas não responde aos desafios da evangelização com uma doutrina, uma tese teológica ou mesmo com uma simples postura ética. Francisco percebe que “frente à liquidez da sociedade contemporânea... a Igreja deve ser reflexiva, misericordiosa, sobretudo, e criar as oportunidades para um encontro pessoal com Jesus Cristo.” (IVEREIGH, 2019). Assim, o “remédio da misericórdia” proposto pelo Vaticano II, torna-se uma atitude eclesial, que “exprime o comportamento de Deus” (MV n. 21) em relação ao mundo.

Com essa postura, o Papa Francisco transcende polarizações ideológicas, políticas e eclesiais. E ajuda a Igreja a inserir-se no mundo concreto, onde a graça já atua e exige discernimento para identificá-la. Os meios eclesiais não são os únicos para o discernimento da graça no mundo. *A Laudato Si'* é um convite para que todas as culturas e as religiões se empenhem no cuidado da Casa Comum; a proposta da “economia de Francisco” (FRANCISCO, 2020b) conta com as juventudes como protagonistas; o Pacto Educativo Global (FRANCISCO, 2020c) é confiado às instituições educacionais da sociedade civil; e a afirmação que os

pobres do planeta são os sujeitos de uma nova economia conta com a firme atuação dos movimentos sociais (FRANCISCO, 2015). Conclui-se, disso, que em muitas ocasiões o Papa Francisco fala à Igreja através da sociedade. E desse modo, não é líder apenas de um segmento religioso, mas tornou-se um dos líderes mais ouvidos na sociedade, talvez mais do que na própria Igreja.

### 3 Retomada de processos eclesiais e pastorais

Desde o início do seu magistério, o Papa Francisco afirmou a necessidade de uma efetiva recepção do concílio Vaticano II (1962-1965) e a continuidade da sua proposta de *aggiornamento* eclesial. Acontece uma retomada de processos eclesiais na perspectiva de uma “Igreja em saída”, com ênfase à concepção de Igreja Povo de Deus e ao sacerdócio comum dos fiéis, tal como se constata nos capítulos II e IV da Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Apostolicam actuositatem*; ao vínculo entre Igreja e sociedade, como propõe a *Gaudium et Spes*; ao diálogo ecumênico e inter-religioso, orientados pelo Decreto *Unitatis redintegratio* e as Declarações *Nostra aetate* e *Dignitatis humanae*. Nessa retomada de processos, vemos sintonia com temas nucleares da Igreja na América Latina e no Brasil<sup>2</sup>. E assim o magistério de Francisco contribui tanto para regionalizar a recepção do Vaticano II, por exemplo valorizando as Conferências Episcopais “como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal” (EG 32); quanto para mundializar questões das Igrejas de alguma região, como o Sínodo da Amazônia, apresentado para Igreja como um todo (QAm 4).

Desse modo, lideranças católicas no Brasil sentem-se incentivadas a retomarem caminhos já percorridos, mas que agora se dá em novos passos. Tal é o caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Sociais. Por ocasião do 14<sup>o</sup>. Intereclesial das CEBs, realizado na Arquidiocese de Londrina (PR) em janeiro de 2018, o Papa enviou mensagem incentivando as CEBs a “trazerem aos desafios do mundo urbano ‘um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja.’” (FRANCISCO,

---

<sup>2</sup> É importante observar que Jorge Mario Bergoglio, então arcebispo de Buenos Aires, foi o redator principal do documento conclusivo da V Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM), realiza em Aparecida, no ano de 2007, conhecido como *Documento de Aparecida*, onde tais temas aparecem de forma expressiva.

2018). Ele afirma que “Deus nunca é indiferente aos sofrimentos do seu povo”, e assim devem ser também as CEBs como instrumentos de evangelização e de promoção da pessoa humana e de justiça socioambiental. O diálogo de Francisco com os movimentos populares dá novo impulso às Pastorais Sociais no Brasil, como se observa na VI Semana Social Brasileira, realizada online em abril de 2021, inspirado nas reflexões do papa sobre Terra, Teto e Trabalho (FRANCISCO, 2021c).

As CEBs e as Pastorais Sociais tiveram grande expressão na Igreja e na sociedade brasileira a partir dos anos 70 do século XX. E a sua retomada não indica nenhum retorno ao passado, mas o revigoramento dos vínculos entre fé e ação, mística e política, ética e profecia na ação eclesial atual. As resistências para isso se dão nos espaços eclesiais onde não acontece convicta recepção do ensino de Francisco, ou ela é apenas um ato formal, como obediência silenciosa. Aí, fiéis católicos reconhecem Francisco como o atual líder da Igreja, mas resistem às exigências de conversão pessoal e estrutural que ele propõe. Então a recepção acontece como um ato jurídico, mas sem repercussões no âmbito estrutural das dioceses e das paróquias. Cabe lembrar o que Y. Congar mostra de uma verdadeira recepção do magistério eclesial: não é apenas “obediência”, mas “consentimento” (CONGAR, p. 254.284) que vincula o aspecto jurídico com o espiritual. Somente assim se concretiza a comunhão eclesial.

#### **4 Princípios iluminadores**

Para essa retomada de processos o Papa Francisco propõe alguns princípios iluminadores. O conceito “princípio” não é utilizado aqui como “super norma”, mas como referência ou modelo para processos eclesiais com desdobramentos teológicos, canônicos, espirituais e pastorais. Não se trata de generalizações, mas orientações concretas, como princípios prescritivos e descritivos, com potencial para protagonizar o reordenamento da vida eclesial. Eles não são necessariamente normativos num sentido jurídico, mas o podem ser no sentido teológico, espiritual e pastoral. Assim, tais princípios revelam-se com importante proeminência no estudo de temas e de realidades que dizem respeito à Igreja cuja compreensão é por eles orientada.



#### 4.1 Reforma como um princípio eclesiológico

O conceito “reforma” tem sido uma espécie de *leitmotiv* no pontificado de Francisco, como propõe o Vaticano II (UR 6). É o que se observa desde sua primeira encíclica *solo*: “sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo [...] os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial.” (EG 27). Não são mudanças pontuais ou superficiais, atingem o *modus essendi et operandi* da Igreja.

A CNBB ecoa em seus documentos o desafio que Francisco faz por uma reforma eclesial, propondo-se a “abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favorecem a transmissão da fé.” (CNBB, 2014, n. 45; cf. EG 43). E identifica os bispos e os presbíteros como os primeiros sujeitos nas mudanças na Igreja. Propõe ao episcopado brasileiro um estilo próximo do Bispo de Roma, como “pastores próximos das pessoas, usando a paciência e a misericórdia, a serem pessoas simples e acolhedoras.” (CNBB, 2014, n. 196); que “os bispos sejam animadores de uma nova mentalidade e postura pastoral, marcada pela cultura do encontro e da proximidade.” (CNBB, 2014, n. 197). Então eles serão também “os primeiros a fomentar, em toda a diocese, a conversão pastoral das paróquias.” (CNBB 2014, n. 195). Semelhante postura se requer também dos presbíteros, para que sejam “padre-pastor” (CNBB, 2014, n. 199), capazes de “exercer a paternidade espiritual sem distinções” (CNBB, 2014, n. 202), acolhendo bem as pessoas, indo ao encontro dos sofredores, enfim transmitindo “uma profunda experiência com Cristo vivo” (CNBB, 2014, n. 203). Igualmente do diácono se exige que esteja “inserido no ‘comum’ da comunidade”, onde “explicita a presença servidora de Cristo, e se constitui como sinal da unidade eclesial.” (CNBB, 2014, n. 206). Também as pessoas vocacionadas à vida e religiosa e demais lideranças leigas são chamadas à conversão pessoal e pastoral (CNBB, 2014, n. 210-214), para que sejam “sal da terra e luz do mundo.” (Mt 5, 13-14) (CNBB, 2017).

A questão é saber se as lideranças católicas no Brasil estão dispostas a isso, com a coragem de abandonar o que não favorece à missão. A resposta é difícil, principalmente no meio do clero onde há pouca interação com o laicato e intensa concentração sacramental do ministério. Isso não é novo, mas se acentua no atual contexto de pandemia da COVID 19, quando grande parte das paróquias

clericalizam ainda mais a pastoral, resumida às missas online. Pouquíssimas paróquias despertaram para outras atividades que também poderiam se realizar na modalidade virtual, como a pastoral familiar, a catequese, os grupos de família e cursos de formação (WOLFF, 2020). Também não vê nas paróquias uma ação social organizada, nesse tempo em que as vulnerabilidades sociais do povo se explicitam intensamente.

Então, sem conversão pessoal não há mudanças no jeito de evangelizar. E uma conversão urgente é a da mentalidade e da linguagem da fé. Os bispos brasileiros solicitam para “anunciar Jesus Cristo em linguagem acessível e atual”, sendo as/os evangelizadoras/es “capazes de estabelecer relações entre a vida dos que creem e o Mistério de Deus.” (CNBB, 2014, n. 47). Como orienta o papa, “as enormes e rápidas mudanças culturais exigem que prestemos constante atenção ao tentar exprimir as verdades de sempre numa linguagem que permita reconhecer a sua permanente novidade.” (EG 41). E para isso é preciso reconhecer que expressões nascidas em outras épocas nos aparecem hoje como opacas e incompreensíveis (MIRANDA, 2017).

O Papa Francisco não quer apenas restaurar a Igreja, mas sim reformá-la. E não de modo superficial, mas em suas “estruturas centrais” (EG 32). Faz um apelo: “Peçamos ao Senhor que livre a Igreja dos que querem envelhecê-la, mantê-la no passado, detê-la, torná-la imóvel.” (ChV 35). Por isso, simplesmente restaurar instituições e estruturas não é suficiente, pois não implica em mudanças, apenas faz algum conserto ou reparo do original que se desgasta com o tempo. Restaurar é reconstruir algo deixando-o da forma como era antes, mantendo as características de um tempo, a autenticidade de uma época e a cultura de então. Reforma é mais do que isso, exige mudar, abandonar, o que hoje não presta um serviço à missão (EG 43). É o que se faz, em geral, numa casa quando se derruba paredes, abre ou fecha portas e janelas para dar mais eficiência e funcionalidade. Como explica o próprio Papa: “Reforma não é passar um pouco de tinta nas coisas: reforma é dar outra forma às coisas, organizá-las de outra forma.” (FRANCISCO, 2017). Importante observar que “Não se trata de uma nova Igreja, mas de um modo novo de ver a Igreja, que deve levar a um novo modelo eclesial.” (KASPER, 2015, p. 56). Francisco reconhece que “os frutos são

escassos e as mudanças são lentas” (EG 277) em estruturas tão complexas e historicamente consolidadas. Mas a Cúria, por exemplo, já sente algum impacto. Primeiramente, no modo de ser do Bispo de Roma, cujo nome “Francisco” é um paradigma e um programa eclesial. Segundo, as mudanças estruturais, ainda que poucas, são significativas, como mostra a criação de novos Dicastérios para os Leigos, a Família e a Vida (2016) e para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (2017); o incentivo à atuação de mulheres nos Dicastérios romanos; a possibilidade de mulheres terem acesso ao Ministério do Leitorato e Acolitamento (FRANCISCO, 2021d); a possibilidade de mulher votar no Sínodo dos Bispos - a religiosa Nathalie Becquart, escolhida como subsecretária do Sínodo (SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, 2021). No campo da doutrina, merece destaque a compreensão da família que aparece em *Amoris laetitia*, com a possibilidade da comunhão eucarística para pessoas em segunda união (n. 296-306). São mudanças que expressam compromisso real com a vida das pessoas e sua fé vivida nos tempos atuais. O desafio para a Igreja Católica no Brasil está lançado.

#### 4.2 “Igreja em saída”

A reforma é condição para uma Igreja em saída, assumindo um “estado permanente de missão” (EG 25). Implica romper com os próprios muros e acolher as oportunidades de o Evangelho iluminar outras realidades às quais a Igreja é enviada, as “periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20). Para Pie i Ninot, na proposta de uma “Igreja em saída” o Papa Francisco

retoma mais explicitamente a *Gaudium et spes* e a *Ad gentes*, bem como a *Evangelii nuntiandi* e a *Ecclesiam suam*, de Paulo VI, com seu olhar mais positivo sobre o mundo e a missão, e não tanto preocupado com os problemas internos da comunhão na Igreja. (NINOT, 2018, p. 263).

Continua:

Igreja ‘em saída’ expressa de forma imaginativa e dinâmica a compreensão que tem o Vaticano II da Igreja como ‘sacramento’, isto é, como ‘signo indicativo’ no meio do mundo através dos batizados e de seu testemunho. (NINOT, 2018, p. 263).

A Igreja indica realidades do Reino (LG 1.48), como “fermento”, “levedura”, “oferta”, “convite”. Daí se depreende a contribuição da “aplicação do

Evangelho na transformação da sociedade” (EG 102). Este é “o aporte da Igreja ao mundo que surge do seu ser sacramento de salvação” (GS 45).

Essa proposta desafia o catolicismo no Brasil. *Internamente*, exige das comunidades identificar estruturas e costumes que anestesiam a evangelização, abandonando o princípio “sempre foi assim”. Urge que a pastoral ordinária se torne de fato missionária, “mais comunicativa e aberta” (EG 27). E a chave para isso, retomamos, está na corresponsabilidade na missão entre clero e laicato: “O paradigma da ‘Igreja em saída’ inspira, não sem contradições, a possibilidade de um novo agir pastoral do encontro e da proximidade entre Povo de Deus e Igreja hierarquicamente estruturada.” (SUESS, 2016, p. 660).

*Externamente*, a “Igreja em saída” depende da opção profética para inserir-se no meio social como lugar da missão. Para isso urge a reorganização das Pastorais Sociais. Ciente dos problemas sociais que o povo sofre, a Igreja é chamada a “primeirar” nas lutas por justiça e direitos socioambientais. As DGAE 2019-2023 orientam a inserção da Igreja “na complexa gama de elementos culturais, sociais, políticos e éticos que constituem a realidade à qual é enviada” (CNBB, 2019, n. 41). As DGAE de 2015-2019, já afirmavam que tal é a perspectiva cristológica da Igreja em saída, que a leva a se encarnar na sociedade, ciente que “a saída exige ‘prudência e audácia’, ‘coragem’ e ‘ousadia’.” (CNBB, 2015, n. 13; EG, n. 33, 47, 85, 129, 167, 194). A questão é assumir isso de forma profética, fortalecendo as pastorais sociais e numa mística política que ajude a Igreja a “acolher, contemplar, discernir e iluminar” (CNBB, 2019, n. 41) a realidade do povo brasileiro.

A proposta da “Igreja em saída” atemoriza a muitos no Brasil, que a veem mais como um risco do que oportunidades para a Igreja. Sem abertura a novos processos, esses seguram a Igreja em estruturas que oferecem uma falsa proteção, como as “normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos” (EG 49). Não se ferem com os riscos de saída e nem se “enlameam” com o chão dos peregrinos. Mas também há quem está convicto da necessidade de sair, como afirmou Dom Valdeci Santos Mendes (Presidente da Comissão para a Ação Sociotransformadora da CNBB) à repórter do Vaticano Andressa Collet (2020): “somos chamados a ser samaritanos junto ao povo de

rua, aos encarcerados, aos migrantes, aos ciganos, ao povo dos circos e a todos que precisam de nossa ajuda.” (COLLET, 2020). Em tempos de pandemia do novo coronavírus e da COVID 19, urge tornar real a Igreja solidária, que se faz “hospital de campanha” (FRANCISCO, 2014) para cuidar das feridas de quem sofre afetado com o coronavírus e por tantos outros vírus políticos, econômicos, ideológicos e mesmo religiosos presentes na sociedade brasileira.

Tal é a concretude da caridade criativa, um dos quatro pilares das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, 2019-2023. Nelas, dizem os bispos que anunciar o Evangelho da paz (Ef 6,15) “significa não ignorar nem deixar de enfrentar os desafios da violência explícita ou institucionalizada pelas injustiças sociais, tarefa profética que exige ação de denúncia e anúncio.” (CNBB, 2019, n. 105). Por isso é preciso “sair”, como coerência às exigências do Evangelho e do mundo que necessita da igreja, pois “lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’.” (Mc 6,37) (EG 49).

Dessa forma “a Igreja “em saída” no Brasil vive sua identidade e missão numa interação positiva com a sociedade, as culturas, as outras Igrejas e religiões. Para isso a missão precisa superar uma confessionalidade mecânica, sacramentalista e acomodada às estruturas canônicas e burocráticas, que prestam um papel de “alfândega” da fé (EG 47), e realizar um mergulho fontal no Evangelho. Afinal, o primado está na missão, que requer uma “Igreja sem fronteiras” (EG 210), sendo essas entendidas “como uma realidade que se coloca à frente e que move para ‘além de’, estimulando a estender a visão e caminhar para atingir a meta.” (WOLFF; COLLET, 2019, p. 185).

### **4.3 Conversão pastoral em perspectiva missionária**

A “saída” é mais que uma perspectiva ou dimensão da Igreja. É um paradigma eclesial, um novo modo ou estilo a ser assumido em nossos tempos, por uma reconfiguração que se dá por uma “conversão missionária”, da qual cada Igreja local é convidada “a entrar em um processo decidido de discernimento, purificação e reforma.” (EG 30). Isso diz respeito, primeiramente às pessoas. Não há conversão estrutural da Igreja sem mudanças de mentalidade e de comportamento dos membros da Igreja. Corajosamente, o papa constata as

“tentações dos agentes pastorais”, como o excessivo cuidado de si mesmo, sem o encontro com os outros e a paixão pela evangelização (EG 78), realizando uma pastoral sem compromisso no mundo e vivendo numa “acédia paralisadora” (EG 81); a falta de preparação teológica, pastoral e espiritual, bem como o pouco zelo litúrgico e pastoral; as atitudes burocráticas e administrativas que têm prioridade sobre a pastoral, “com uma sacramentalização sem outras formas de evangelização” e com estruturas eclesiais pouco acolhedoras (EG 63); a autorreferencialidade do clero, que conduz a um papel passivo do laicato; as questões éticas e morais, como os escândalos sexuais e econômicos. São desafios para a “conversão eclesial” (EG 26). E conclui que frente a questões como essas, principalmente as éticas e morais, muitos sentem a presença da Igreja “como incômoda e até mesmo irritante” (ChV 40).

A conversão precisa acontecer também na formação dos novos quadros na Igreja. Em carta ao Papa Francisco, em junho de 2020, *Padres e Bispos da Caminhada*, refletindo sobre o assassinato de George Floyd, analisam a situação de racismo também no Brasil, segundo país com maior população negra do mundo - com 110 milhões de afro-brasileiros – e tratam dessa questão no clero brasileiro, a partir da formação dos seminários. Reconhecem que o Papa Francisco “Tem combatido com coragem o clericalismo e todos os arcaísmos que elitizam e fossilizam a Igreja e a fazem desumana, mundana e distante das maiorias empobrecidas.” (PADRES E BISPOS DA CAMINHADA, 2020). E chegam a sugerir ao Papa que repense as nomeações de bispos e de núncios que pouco ou nada fazem para mudança dessa realidade. São algumas das conversões necessárias da Igreja no Brasil.

Mostrando sinais de conversão pastoral, a CNBB propõe a vivência eclesial em “pequenas comunidades eclesiais missionárias” (CNBB, 2019, n. 36), caracterizadas pela proximidade, solidariedade e partilha, exercitando a “cultura do encontro” com pessoas que vivem na distância geográfica, ideológica, política ou social. Isso implica ir além do critério de territorialidade na formação das comunidades, tornando-as transterritoriais e ambientais (CDC, can. 518; CNBB, 2014, n. 237-239). Assim, formam-se comunidades de fé em ambientes escolares, universitários, hospitalares, e outros, o que favorece para o atendimento de

moradores de pessoas que exigem uma atenção que ultrapassa os costumes paroquiais, como pessoas da rua, profissionais da saúde, artistas, etc. A conversão pastoral exige formar comunidades de fé nos estilos que melhor se adequam ao contexto das pessoas. Aí elas encontram a Igreja como “casa da Palavra, do Pão, da Caridade e aberta à Ação Missionária.” (CNBB, 2019, n. 33).

A conversão pastoral forma uma Igreja verdadeiramente sinodal, fortalecendo a participação de toda pessoa batizada na missão pela “valorização dos carismas que o Espírito concede de acordo com a vocação e o papel de cada um dos membros (da Igreja).” (ChV, n. 206). Na Igreja sinodal “Não se deve excluir ninguém nem deixar que ninguém se auto-exclua.” (ChV 206). Desse modo, a Igreja convertida para uma pastoral missionária torna-se um “poliedro maravilhoso [...] não é uma unidade monolítica, mas uma rede de dons variados que o Espírito derrama incessantemente nela” (ChV 207). E nessa direção caminha-se pode-se avançar na superação de tendências à introversão eclesial, pela pastoral da manutenção e a concentração administrativa, que se observa em diversos segmentos do catolicismo no Brasil.

## **5 Urgências eclesiais e pastorais para as comunidades católicas no Brasil**

Os princípios iluminadores que o Papa Francisco propõe para a retomada de processos eclesiais apresentam uma série de urgências para a Igreja no Brasil, das quais destacamos as que nos parecem *conditio sine qua non* para uma efetiva recepção do seu magistério.

### **5.1 Reafirmação da Igreja Povo de Deus**

O Papa tem uma imagem de Igreja bem definida na perspectiva do cap. II da *Lumen gentium*, reafirmando a concepção de Igreja como Povo de Deus, como afirmou na entrevista a Antônio Spadaro, em 19/08/2013:

A imagem da Igreja que mais gosto é a do santo Povo fiel de Deus. É a definição que mais emprego e é tirada do número 12 da *Lumen gentium*. A pertença a um povo tem um forte valor teológico. Deus, na história da salvação, salvou um povo. Não existe uma identidade plena

sem pertença a um povo. O povo é sujeito. A Igreja é o Povo de Deus caminhando na história, em meio a alegrias e dores (FRANCISCO, 2013d).

Com essa perspectiva eclesial, Francisco promove a pertença à Igreja não pelo ordenamento jurídico, mas a partir do sacramento do Batismo, pelo que assumem vocações e ministérios específicos. E se coloca em sintonia com a caminhada da Igreja na América Latina - em particular “assume, enriquece e universaliza a teologia argentina do Povo de Deus e a pastoral popular.” (GALLI, 2016, p. 61).

No Brasil, não tem sido comum nas últimas décadas usar o conceito “povo” para referir-se à Igreja, preferindo-se a expressão “comunidade”. Esses conceitos se implicam mutuamente, mas a ênfase no segundo conceito diminui alguns aspectos sócio-históricos da Igreja. Ao fazer o resgate conceitual da Igreja como “Povo de Deus”, o Papa compreende a Igreja em seus contextos socioculturais concretos (BOFF, 1984). Crianças, jovens, pessoas adultas, homens e mulheres, constituem o povo social e eclesial, simultaneamente, com identidade na diferença e com mútuas implicações. Isso possibilita à Igreja no Brasil crescer como Povo de Deus em três principais aspectos.

a) *O sacerdócio comum dos fiéis* – Compreendendo que “todo o Povo de Deus anuncia o Evangelho” (EG 111-134), tem-se a afirmação do sacerdócio comum dos fiéis, na corresponsabilidade na missão. Para isso Francisco usa a expressão “povo fiel” (EG 95s.), convicto que

Deus dota a totalidade dos fiéis de um instinto da fé – o *sensus fidei* – que os ajuda a discernir o que vem realmente de Deus. A presença do Espírito outorga aos cristãos uma certa conaturalidade com as realidades divinas e uma sabedoria que lhes permite captá-las, intuitivamente, ainda que não tenham o instrumental adequado para expressá-las com precisão. (EG 119).

Assim, a Igreja não se identifica com a liderança, de modo que todos os seus membros são chamados a colaborarem nos caminhos da evangelização, pois “o rebanho tem o seu olfato para encontrar novos caminhos” (EG 31). A CNBB ressalta que



A unidade da Igreja se realiza na diversidade de rostos, carismas, funções e ministérios. É importante dar conta deste grande dom da diversidade, que potencializa a missão da Igreja realizada pelos seus membros, em liberdade, responsabilidade e criatividade. (CNBB, 2016, n.93).

Outra vez se observa a importância da sinodalidade como o caminho para o discernimento dos processos eclesiais. A eclesiologia do Povo de Deus se torna realidade na Igreja que se faz partilha de vida e de caminhada sinodal com todos os seus membros;

b) *As Comunidades Eclesiais de Base* - A Igreja Povo de Deus tem diversas formas de expressão. Na América Latina e no Brasil, ela assumiu uma expressão singular nas Comunidades Eclesiais de Base, “como um impulso renovador, como um sopro do Espírito.” (CNBB, 2010, p. 13). As CEBs caracterizam-se com a emergência de um novo sujeito social e eclesial, os empobrecidos, que assume compromissos contextuais motivados pela sua fé, o que “provoca novas descobertas e conversões pastorais” (CNBB, 1982, n. 7). Em nossos tempos, outras formas comunitárias ganham lugar, motivadas por sintonias de vivências espirituais, afetivas e socioculturais, mas se distanciam de características essenciais das CEBs, como o compromisso social. O Papa Francisco incentiva a retomada desse compromisso nas comunidades ao tocar em questões que se referem diretamente à sociedade brasileira, como o trabalho junto aos moradores de rua feito pelo Pe. Júlio Lancelotti, da Arquidiocese de São Paulo, para quem o Papa telefonou pessoalmente (SALANI, 2020); e ao pronunciar-se na contramão do Presidente Jair Bolsonaro falando sobre a “perigosa situação” da Amazônia, deixando claro que a emergência ambiental está “intimamente ligada à crise social” - discurso na 75ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (ONU), no dia 25/09/2020 (FRANCISCO, 2020d). Exemplos como esses retomam o espírito profético das CEBs no Brasil, impelindo a Igreja à conversão pastoral e missionária no enfrentamento das situações que afligem todo o Povo de Deus. É o que propõem as DGAE 2019-2023, nos n. 171-185, ao afirmar o “Pilar da caridade: serviço da vida” humana e da Casa Comum, de modo que “a caridade se expressa no empenho e na atuação política dos cristãos e das Comunidades Eclesiais” (CNBB, 2019, n. 107);

c) *A piedade popular* – O Papa Francisco diz que o Povo de Deus tem um “olfato” próprio que o permite abrir caminhos de evangelização, o *sensus fidei*. Uma das expressões desse “olfato” é a piedade popular, como “um lugar teológico que devemos prestar atenção, particularmente na hora de pensar a nova evangelização” (EG 126). Essa piedade popular é “encarnada na cultura dos simples”, é “uma maneira de viver a fé, um modo de sentir-se parte da Igreja, e uma forma de ser missionário: possui a graça da missionariedade, de sair de si e de peregrinar” (EG 124). O Documento de Aparecida, nos n. 258-265, entende “a piedade popular como lugar de encontro com Jesus Cristo”. Assim são, entre outras expressões, as festas patronais, as novenas, os rosários e *via-sacras*, as procissões, a relação com os santos e os anjos, as promessas e peregrinações (DAp. n. 259). Nesse contexto, tem lugar particular a veneração a “Maria, discípula e missionária” de Cristo (DAp. n. 272). Trata-se de algo que está na “alma dos povos latino-americanos”, como “precioso tesouro” (DAp. n. 258), dando-lhes um “intenso sentido da transcendência, uma capacidade espontânea de se apoiar em Deus [...] é também uma expressão de sabedoria sobrenatural [resultado] da ação interna da graça.” (DAp, n. 263). Nessa direção, as DGAE 2015-2019 entendem que “A piedade popular com suas múltiplas manifestações precisa ser valorizada e estimulada, e onde for necessário, purificada.” (CNBB, 2015, n. 46), tendo uma importante função evangelizadora. Para bem cumprir essa missão, é preciso superar, através de estudo, de aproximação e de conhecimento mais aprofundado, visões reducionistas que mostram a piedade popular como “crendices” que nem sempre contribuem para a vivência da fé cristã. Por isso se faz necessário evangelizar as crenças populares, como meios de amadurecer a compreensão da fé em Jesus Cristo, “fonte de tudo o que a Igreja é e de tudo o que ela crê” (CNBB, 2015, n. 4). As DGAE 2019-2020 incentivam a piedade popular, “historicamente construída e enraizada, como caminho de aprofundamento da fé e não apenas realidade meramente cultural ou folclórica”, evitando “sucumbir diante das pressões mercadológicas, com a criação artificial de devoções.” (n. 166),

d) *Relações com a humanidade* - Finalmente, vale dizer que o Papa Francisco não resume o Povo de Deus às comunidades católicas. O Vaticano II entende que a humanidade inteira forma o único Povo de Deus, como fiéis católicos (LG 14), membros de diferentes Igrejas (LG 15) e membros de diferentes religiões (LG 16). Francisco corrobora essa ideia afirmando que o povo possui um “rosto pluriforme” (EG 116), e compõe uma “multiforme harmonia” (EG 117). Isso conduz à “cultura do encontro” e à “cultura do diálogo”, bases da solidariedade e da fraternidade. A Igreja sente-se assim, responsável por toda a humanidade, e necessita cada vez mais “pensar e gerar um mundo aberto” (FT cap. III). Os desafios para a Igreja no Brasil é reconhecer as diferentes formas de pertença ao Povo de Deus, que se expressam nas igrejas, nas religiões, bem como nos meios socioculturais que não se caracterizam religiosamente. Com todos a Igreja precisa promover a “amizade social que não exclui ninguém e a fraternidade aberta a todos” (FT 94). Trata-se de uma “progressiva abertura do amor” (FT 95-100) da Igreja para com todas as pessoas, superando mundos fechados como um mero “mundo de sócios”. Então melhor afirma-se a solidariedade (FT 114-117) e os direitos que garantem a convivência de todos os povos na paz e na justiça (FT 124-127).

## 5.2 Reorganização das paróquias

Do que vimos acima, percebe-se que a recepção do magistério do Papa Francisco pelas comunidades católicas no Brasil precisa penetrar no chão concreto das comunidades: as dioceses como “porção de povo de Deus confiada a um bispo com a cooperação de um presbitério.” (CDC, can. 369); e as paróquias como “uma determinada comunidade de fiéis, constituída de maneira estável na Igreja particular.” (CDC, can. 2179). A paróquia, como a “menor parte de uma comunidade mais ampla que é a Igreja Particular.” (CNBB, 2014, n. 159), é o lugar concreto da resposta ao chamado à conversão pastoral em perspectiva missionária. Ela é expressão da “Igreja mistério” na comunhão dos fiéis com Deus e, por isso, “não se reduz às estruturas e organismos pastorais.” (CNBB, 2014, n. 159). Por isso é exigência do Evangelho a mudanças de estilos, de linguagem, de atitudes, de horários, de toda a metodologia do atendimento paroquial (EG 28).

Desde o Plano de Emergência (1962), a CNBB faz um importante esforço para a “renovação paroquial” a fim de torná-la “apta para responder às premências das circunstâncias do nosso tempo.” (CNBB, 1962, p. 21-52). Isso requer um amplo planejamento que torne a paróquia uma “comunidade de culto, de fé e de caridade.” (CNBB, 1962, p. 37-38). Mas depois de 60 anos, pouco aconteceu. Agora, no pontificado de Francisco, a 50<sup>a</sup>. Assembleia Geral da CNBB, aprovou o documento *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*, que tem como proposta central “A conversão pastoral da paróquia” (CNBB, 2014). Acolhe-se a proposta de Francisco de uma “Igreja em saída” reorganizando as paróquias por uma “revisão das estruturas obsoletas” (CNBB, 2014, n. 45-50), identificando a “urgência da conversão pastoral” (CNBB, 2014, n. 51-57) e exercitando a “conversão para a missão” (CNBB, 2014, n. 58-60). Os bispos no Brasil propõem o objetivo de fazer da paróquia o lugar de acolhida, onde se hospedam os estrangeiros (*paroikía* = morada, habitação em pátria estrangeira), como espaço de proximidade, vizinhança, habitar junto (*paroikós*) (CNBB, 2014, n. 101). Então a conversão paroquial a torna “casa da palavra”, “casa do pão” e “casa da caridade” (CNBB, 2014, n. 165-166;179-184).

Para isso, duas urgências se fazem necessárias:

a) conversão do clero para “Igreja em saída”, principalmente o pároco. Canonicamente entende-se que a paróquia, constituída de maneira estável, é “confiada ao pároco” (CDC, can. 55, &1; can. 2179). Os bispos do Brasil estimulam para que o pároco não seja simples delegado nem só represente a comunidade, e sim verdadeiro “dom para a comunidade à qual serve” (CNBB, 2014, n. 2020; DAp 193). Além da legislação canônica, o pároco é “padre-pastor” (CNBB, 2014, n. 199), e para isso precisa elaborar um planejamento pastoral que supere a “mera administração” e a “pastoral da conservação”. O Papa Francisco critica fortemente padres cuja missão “se limita muitas vezes às tarefas intraeclesiais sem um compromisso real para a aplicação do Evangelho na transformação da sociedade.” (EG 102);

b) A segunda urgência é assumir a missão paroquial numa “forma comunitária radical” (CNBB, 2014, n. 204). Isso significa que o pároco não

é o dono da comunidade, ele exerce o seu ministério em comunhão com o sacerdócio comum dos fiéis. O Papa Francisco critica duramente o “excessivo clericalismo” que mantém o laicato “às margens das decisões” (EG 102) na vida da Igreja. Pede ao clero o abandono “de uma consciência isolada e da auto-referencialidade” (EG 8). O Plano de Emergência já afirmava como uma das “chagas” na pastoral é o fato que “só por exceção estamos dando ao leigo o lugar que lhe cabe, o que importa em reduzir a colaboração dos leigos a proporções muito limitadas e inexpressivas (CNBB, 1962, p. 21). Em nossos tempos, os bispos do Brasil orientam:

para que leigos e leigas possam superar o clericalismo e crescer em suas responsabilidades, é preciso fomentar a sua participação nas comunidades eclesiais, nos grupos bíblicos, nos conselhos de pastorais e de administração paroquial. (CNBB, 2014, n. 211).

Falando aos bispos do CELAM, o Papa Francisco pergunta que iniciativas de reformas são tomadas nas Igrejas locais e nas paróquias, “para que sejam espaços reais para a participação laical na consulta, organização e planejamento pastoral?”. Pergunta crucial em tempos ainda de concentração clerical da vida da Igreja. E Francisco conclui: “Acho que estamos muito atrasados nisso.” (FRANCISCO, 2013b).

### 5.3 Opção pelos pobres

A recepção do magistério do Papa Francisco coloca os pobres num “lugar privilegiado” no conjunto do povo de Deus (EG 197). Isso tem implicações na Igreja discípula de Cristo que evangelizou os pobres (Lc 4,18-19), fez-se um deles para mostrar-lhes o amor e a misericórdia divinas, declarando-os bem-aventurados do Reino (Mt 5,3; Lc 6,20; EG 197). A autenticidade do discipulado exige a “opção preferencial pelos pobres” que procede do coração do Evangelho (EG 195) e “está implícita na fé cristológica” (EG 198; DAp. n. 392.393). Os bispos do Brasil consentem: Os bispos no Brasil declaram que “há que se afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres.” (CNBB, 2019, n. 108).

Tal é o ensino do Vaticano II. Na *Gaudium et spes*, a Igreja olha para o mundo, se propõe dialogar e cooperar pela justiça entre os povos. E o n. 8 da *Lumen gentium* afirma que como seguidora do Cristo pobre e perseguido: “a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação.” (LG 8) No discurso de abertura da segunda seção do concílio, Paulo VI disse: “Desta janela aberta sobre o mundo que é o Concílio, a Igreja [...] Vê os pobres, os indigentes [...] em suma, toda a humanidade que sofre e que chora.” (Apud GAUTHIER, 1967, p. 23). Esse olhar é presente nos documentos das Conferências Gerais do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM): Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007). Em Medellín, os bispos constatam que “A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso” (DM, n. 6), e a evangelização deve dar preferência efetiva aos setores mais pobres, necessitados e segregados (DM 14.9). Em Puebla, os bispos declaram: “Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação.” (1134. Ver também: 382, 707, 733, 769, 1217), opção reiterada nos Documento de Santo Domingo (n. 296) e de Aparecida (n. 391-398) (MELO, 2008).

As estatísticas sociais no Brasil mostram a urgência de a Igreja promover “a inclusão social dos pobres” (EG 186). Neste país, “1% das pessoas mais ricas, não se sente constrangida em ganhar 33,7 vezes mais do que os 50% mais pobres” (CONIC, 2021, p. 9), enquanto temos mais de 14,7 milhões de pessoas desempregadas (ALVARENGA; SILVEIRA, 2021), e 55,2 % das famílias brasileiras com insegurança alimentar, num total de 116 milhões de pessoas (REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 2020). A consequência é o aumento da violência social. O Atlas da Violência 2020 mostrou que na última década as desigualdades sociais aumentaram significativamente, com forte racismo - pela morte de 11,5% dos homicídios entre 2008 a 2018; e feminicídio – com o aumento de 4,2% do assassinato de mulheres no mesmo período (CONIC, 2021, p. 34). Frente a tal realidade, o Papa Francisco conclama a Igreja a trabalhar para assegurar as condições de vida com justiça e dignidade para todas as pessoas. Essa opção

concretiza o princípio do bem comum no atual mundo globalizado e impõe-se como um princípio ético fundamental (LS 158).

A opção pelos pobres é fundamental para a “promoção da cultura da vida” (CNBB, 2015, n. 64). O Padre Vileci Vidal, coordenador de pastoral da diocese de Crato e pároco em Araripe, em 10/08/2020 concedeu a entrevista a Lívio Pereira (2020), na qual afirma:

A missão da Igreja é evangelizar à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida. E a ação dos seus agentes é também uma ação política cristã não partidária, numa postura de serviço, diálogo, respeito à dignidade humana, defesa dos excluídos e marginalizados, compaixão, busca da justiça e do bem comum, e cuidado com o meio ambiente. (VIDAL, 2020).

De fato, a opção preferencial pelos pobres implica em um projeto político capaz de “pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos.” (FT 168). Assim, essa opção vai além da pura assistência necessária (cf. EG, 198), vista transformar as estruturas políticas e econômicas que causam a desigualdade social (EG 195). A cura dessas estruturas é condição para a cura de toda a sociedade. A Igreja contribui na busca da “política melhor”, como “serviço ao verdadeiro bem comum” (FT 154), “uma sublime vocação” e “uma das formas mais preciosas de caridade” (FT 180).

## **6 Uma recepção entre oposição e obediência relutante**

As relações de fiéis católicos/as com o magistério do Papa Francisco se manifestam em três principais formas, explícitas ou não: perplexidade, que nem sempre possibilita se posicionar a favor ou contra, mas não havendo neutralidade acaba-se numa obediência relutante, em conflito consigo mesma; oposição tácita; e recepção convicta de seu ensino. Chama a atenção a oposição declarada, e nisso há duas principais novidades na relação de fiéis católicos/as com seu líder máximo. Primeiro, após o Vaticano II, nunca se fez tanta oposição ao papa como agora. Analistas constataam que nessa oposição se manifesta: nostalgia teológica do paradigma de João Paulo II e Bento XVI; oposição institucional que tenta defender o *status quo* eclesiástico e clerical; e oposição político-social de um pontificado que está radicalmente do lado dos pobres (FAGGIOLLI, 2018). Como

segunda novidade está a forma e o tom da oposição: é uma ação organizada, metodologicamente planejada para resistir a praticamente *tudo(!)* o que Francisco propõe. E o tom é inescrupuloso, recorrendo ao que for necessário para desacreditar o papa, chamando-o de herege e projetando outras pessoas como guardiãs da tradição da Igreja<sup>3</sup>.

Esse fato é considerado como “insurgência católica anti-institutionalista” (FAGGIOLLI, 2018), que pretende mostrar a fragilidade do maior líder católico atual frente os desafios da missão. E não reconhecem a sua contribuição teológica, doutrinal, espiritual e pastoral. Por trás disso há desconhecimento e confusão das formas de exercício do Magistério papal, que historicamente tem três formas: extraordinário *ex cathedra*; ordinário definitivo; e ordinário não definitivo. Todas as três formas de magistério possuem caráter normativo e são vinculantes para fiéis católicos/as. O Papa Francisco prioriza a terceira forma de Magistério, mesmo nos documentos mais teológicos como *Lumen fidei*, *Evangelii gaudium*, e *Amoris laetia*. Seu Magistério “ordinário não definitivo” se caracteriza por afirmações “de ordem prudencial” e pelos “juízos prudenciais” (NINOT, 2018, p. 258), ao que fiéis devem manifestar “a vontade de assentimento leal a este ensinamento” (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 2008, n. 71) como expressão de comunhão eclesial.

Qual a raiz próxima da oposição ao Papa Francisco? Durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI, o catolicismo mundial assumiu ares de pós-liberalismo e nesse período “O público da teologia liberal murchou” (FAGGIOLLI, 2018). Emergiu um neotradicionalismo com perspectiva doutrinante, disciplinar e jurídicista das instituições eclesiais e da missão da Igreja. Além disso, houve uma espécie de pentecostalização de segmentos católicos, principalmente na liturgia e na espiritualidade onde “a ideia é libertar o catolicismo da complexidade absoluta e dos paradoxos da teologia conciliar, para redescobrir a beleza e a simplicidade da verdade católica, muitas vezes em tons triunfalistas.” (FAGGIOLLI, 2018). Para isso forma-se um poder paralelo, com canais próprios para a projeção de suas lideranças. O fato é que opor-se a um

---

<sup>3</sup> É o que se observa principalmente em pessoas conhecidas internacionalmente, como o cardeal Gerhard L. Müller, ex-prefeito para a Doutrina da Fé; e Carlo Maria Viganó, ex-núncio nos EUA.



papa de forma tão franca, e até inescrupulosa, é algo que contradiz a principal pretensão do neotradicionalismo: quer afirmar-se institucionalmente, mas opõe-se à instituição. Vê-se aqui uma carga ideológica incontestável.

Há nisso um elemento interessante. Houve momentos da história em que o papa se manifestava com ares de santidade ou de perfeição em tudo o que falava ou fazia, que o tornavam irrepreensível<sup>4</sup>. Francisco rompe com a figura mítica do papa. Não teme mostrar fragilidades próprias de todo ser humano e mesmo limites do seu poder na Igreja, convicto do valor da “humildade, que está no DNA de Deus” (FRANCISCO, 2013c). Afirma claramente que “não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo” (EG 16). E isso lhe dá liberdade e tranquilidade para respeitar o direito ao dissenso de todo fiel católico. Na abertura do Sínodo da Juventude em 2018, orientou: “Falem com coragem: as críticas, quando honestas, ajudam; as ilações, não.” (FRANCISCO, 2018). Assim, Francisco é uma imagem da Igreja, não mais com a

roupagem da eclesiologia triunfalista, arrogante, exclusivista, sustentada na *plenitudo potestatis*, mais *magistra* do que *mater*, mais *caput* do que *communio*. Não a Igreja da supercomplexidade dogmática, do casuísmo moralista, do legalismo disciplinar. (WOLFF, 2014, p. 553).

Não a Igreja auto-referenciada, burocrática, que se entende “mais como organização” do que como “Povo de Deus na sua totalidade” (FRANCISCO, 2013b).

É contraditório perceber que isso incomoda por não ostentar posse ou *status*, por estar longe da “psicologia de príncipes” (FRANCISCO, 2013b). A questão a saber é se quem agora critica tão abertamente as propostas reformadoras e de uma Igreja em saída no magistério de Francisco, reconhecerá esse mesmo direito a quem criticar um papa com posturas tradicionalistas que encerram a Igreja em si mesma (cf. IVEREIGH, 2019). As comunidades católicas no Brasil precisam fazer um verdadeiro processo de conversão para irem além da “obediência silenciosa” e superarem a oposição tácita a Francisco. Mas recepção não é mera obediência e sim, como dissemos na introdução deste estudo, um ato

<sup>4</sup> É o que indicam os títulos: “*Pontifex Maximus*” (Leão I, séc. V), “*Vicarius Christi*” (Inocência III, séc. XIII), “*Vicarius Dei*” (Inocência IV, séc. XIII), “sua santidade”, “santo padre”.

teológico e espiritual que possibilita se apropriar do ensino magisterial num esforço de *sentire cum ecclesia*. Então a conversão não é apenas para a recepção do ensino do Papa Francisco, e sim da Igreja que ele propõe. No Brasil, isso é uma privilegiada oportunidade para retomar a eclesiologia do Povo de Deus, caminhar na conversão pastoral de modo a torná-la “decididamente missionária” e reafirmar a opção pelos pobres. Assim, o magistério do Papa argentino ganha um rosto brasileiro, concretizando a Igreja em saída pela encarnação do Evangelho em compromissos pela afirmação do bem comum, nas lutas pelos direitos humanos e na defesa da Casa Comum.

## Conclusão

A recepção do magistério de Francisco está ainda distante de ser uma realidade estrutural na Igreja Católica do Brasil, principalmente nas dioceses e paróquias. Por “realidade estrutural” entende-se uma efetiva incidência do ensino do Papa Francisco nos processos de reflexão, decisão e ação pastoral, que envolva o clero e o laicato, crianças, jovens e idosos, homens e mulheres, num testemunho comum do Evangelho. Somente assim esses processos revitalizam a comunidade de fé e, ao mesmo tempo, contribuem para uma sociedade mais justa e a defesa da criação. Muito há que se caminhar nessa direção. Mas os passos estão sendo dados, como se observa na orientação pastoral que a CNBB propõe às Igrejas locais, integrando em seus documentos o ensino do papa. Evidentemente, não é tudo, por ora estamos ainda no período da conscientização do valor e das implicações do magistério de Francisco. Essa consciência será sólida na medida em que for desenvolvida em sintonia com a retomada do magistério do Vaticano II e da caminhada pós-conciliar da Igreja na América Latina. Então, as orientações de Francisco possibilitam revigorar hoje um modo de ser Igreja no Brasil que, à semelhança das CEBs, se faz “comunidade de comunidades” e se insere na sociedade como o lugar do testemunho concreto do Evangelho da “vida em abundância” (Jo 10,10). Para isso, é preciso, ainda superar as resistências que se manifestam, como recusa explícita ao que o papa propõe, ou por incompreensão da sua proposta. Para quem se opõe explicitamente, é de se perguntar em que medida se sente membro da Igreja Católica hoje. Para quem sente alguma ameaça à fé nos conceitos como

“mudança”, “reforma”, “conversão”, “Igreja em saída”, tão presentes na linguagem de Francisco, é necessário compreender que o que ele propõe é essencialmente tradicional e conserva a integridade da doutrina da Igreja. A novidade está apenas nos novos modos de expressá-la e vive-la nos dias de hoje. O papa é reformador no método, mas não no conteúdo da fé, com apurado senso de discernimento das urgentes e necessárias mudanças para a Igreja bem cumprir a sua missão evangelizadora em nosso tempo. Para ambos, urge contextualizar a vivência da própria fé, compreendendo que é esse contexto que apresenta as exigências para o ser e agir da Igreja “em saída”, como consequência do seguimento de Jesus e seu Evangelho do Reino, que não para de percorrer caminhos largos e ruelas estreitas que hoje a humanidade percorre.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. A Fratelli tutti, um novo paradigma de sociedade mundial: de senhor (dominus) a irmão (frater). **IHU**, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604646-a-fratelli-tutti-um-novo-paradigma-de-sociedade-mundial-de-senhor-dominus-a-irmao-frater-artigo-de-leonardo-boff>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BOFF, Leonardo. **Do lugar do pobre**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CNBB. **As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1982.

CNBB. **Comunidade de comunidades: uma nova paróquia**. A conversão pastoral da paróquia. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CNBB. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade**. Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt 5,13-14). Brasília: Edições CNBB, 2016.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2015-2019**. Brasília: Edições CNBB, 2015.

CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2019-2023**. Brasília: Edições CNBB, 2019.

CNBB. **Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

CNBB. **Plano de Emergência para a Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1962.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 2001.

COLLET, Andressa. Covid-19: Igreja do Brasil oferece espaços para abrigar hospitais de campanha. **Vatican News**, 2020. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-04/conoravirus-igrejas-brasil-oferecem-espacos-hospital-campanha.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

CONGAR, Yves. **Igreja e papado**: perspectivas históricas. São Paulo: Loyola, 1997.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **A vocação eclesial do teólogo**.

Disponível em:

[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19900524\\_theologian-vocation\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19900524_theologian-vocation_po.html). Acesso em: 19 maio 2021.

CONIC. **V Campanha da Fraternidade Ecumênica** – Cristo é a nossa paz: do que era dividido fez uma unidade. Brasília: CONIC; Edições CNBB, 2021.

FAGGIOLLI, Massimo. Do status quo à insurgência: catolicismo tradicionalista versus catolicismo conciliar. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 2018.

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575521-do-status-quo-a-insurgencia-catolicismo-tradicionalista-versus-catolicismo-conciliar>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FRANCISCO, Papa. **Amoris Laetitia (AL)**: sobre o amor na família. Brasília: Edições CNBB, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Christus Vivit (CHV)**: para os jovens e para todo o povo de Deus. Brasília: Edições CNBB, 2019.

FRANCISCO, Papa. Carta aos religiosos e religiosas do Brasil. **Vatican News**. 2020a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-08/papa-francisco-envia-carta-aos-religiosos-e-religiosas-do-brasil.htm>. Acesso em: 05/2021.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium (EG)**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti (FT)**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Gaudet et Exultate (GE)**: sobre o chamado à santidade no mundo atual. Brasília: Edições CNBB, 2018.

FRANCISCO, Papa. **Laudato Si' (LS)**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Misericordiae Vultus (MV)**: bula de proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Querida Amazônia (QAm)**: ao povo de Deus e a todas as pessoas de Boa Vontade. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Mensagem por ocasião da 75<sup>a</sup>. Assembleia Geral das Nações Unidas**, 2020d. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco\\_20200925\\_videomessaggio-onu.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/pont-messages/2020/documents/papa-francesco_20200925_videomessaggio-onu.html). Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, papa. **Discurso aos bispos responsáveis do Conselho Episcopal Latino-Americano**, 2013b. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco\\_20130728\\_gmg-celam-rio.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130728_gmg-celam-rio.html). Acesso em: 30 março 2021.

FRANCISCO, Papa. **Discurso aos Participantes na Plenária da Secretaria para a Comunicação**. Disponível em: [https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/may/documents/papa-francesco\\_20170504\\_plenaria-segreteria-comunicazione.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2017/may/documents/papa-francesco_20170504_plenaria-segreteria-comunicazione.html). Acesso em: 30 abril 2021.

FRANCISCO, Papa. **Discurso de abertura do Sínodo da Juventude**. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/october/documents/papa-francesco\\_20181003\\_apertura-sinodo.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/october/documents/papa-francesco_20181003_apertura-sinodo.html). Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Economia de Francisco – Mensagem do Papa para o Evento. **IHU**, São Leopoldo, 2020b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/589076-economia-de-francisco-assis-26-28-de-marco-de-2020-mensagem-do-papa-francisco-para-o-evento>. Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Papa: Cebs sejam instrumento de evangelização. **Vatican News**, 2018. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-01/mensagem-papa-interclesical-cebs.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Promover a reconciliação do povo brasileiro. **Vatican News**, 2021a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-04/papa-francisco-58-assembleia-geral-cnbb-povo-brasileiro.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Pacto Educativo Global. **Vatican News**, 2020c. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2020-10/papa-francisco-pacto-educativo-global-educao-esperanca.html>. Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Carta ao Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé sobre o Acesso das Mulheres aos Ministérios do Leitorato e do Acolitato. **Vatican News**, 2021d. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2021/documents/papa-francesco\\_20210110\\_lettera-donne-lettorato-accolitato.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2021/documents/papa-francesco_20210110_lettera-donne-lettorato-accolitato.html). Acesso em: 19 maio 2021.

FRANCISCO, Papa. Discurso aos sacerdotes da Igreja de Roma. **Vatican News**, 2014. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco\\_20140306\\_clero-diocesi-roma.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/march/documents/papa-francesco_20140306_clero-diocesi-roma.html). Acesso em: 10 abr. 2021.

FRANCISCO, Papa. Discurso no encontro com o episcopado brasileiro. **Vatican News**, 2013c. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco\\_20130727\\_gmg-episcopato-brasile.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/july/documents/papa-francesco_20130727_gmg-episcopato-brasile.html). Acesso em: 10 abr. 2021.

FRANCISCO, Papa. Mensagem do Papa Francisco por ocasião da Campanha da Fraternidade 2021. **Vatican News**, 2021b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2021-02/mensagem-do-papa-francisco-ocasio-da-campanha-da-fraternidade.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FRANCISCO, Papa. Entrevista a Antônio Spadaro. **Vatican News**, 2013d. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco\\_20130921\\_intervista-spadaro.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/september/documents/papa-francesco_20130921_intervista-spadaro.html). Acesso em: 10 abr. 2021.

GALLI, C. M. La reforma misionera de la Iglesia según el papa Francisco. La eclesiología del Pueblo de Dios evangelizador. In: SPADARO, A.; GALLI, C. M. (eds.). **La reforma y las reformas en la Iglesia**. Santander: Sal Terrae, 2016. p. 51-77.

GAUTHIER, Paul. **O Concílio e a Igreja dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1967.

IVEREIGH, Austen. A resistência ao Papa inclui vários cardeais e grupos muito ricos e potentes dos EUA. Entrevista a Juan Pablo Iglesias - **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo. 12/08/2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591580-austen-ivereigh-biografo-do-papa-francisco-a-resistencia-ao-papa-inclui-varios-cardeais-e-grupos-muito-ricos-e-potentes-dos-eua>. Acesso em: 10 abr. 2021.

KASPER, Walter. **Papa Francisco: a revolução da misericórdia e do amor**. São Paulo: Paulinas, 2015.

MELO, A. A. de. Opção preferencial pelos pobres e excluídos. Do Concílio Vaticano II ao Documento de Aparecida. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis. v. 68, n. 269, p. 21-39, 2008.

MIRANDA, Mário de França. **A reforma de Francisco: fundamentos teológicos**. São Paulo: Paulinas, 2017.

NINOT, Pie i. La eclesiología del Papa Francisco. **Atualidade Teológica**, v. 22, n. 59, p. 255-286, 2018.

PADRES E BISPOS DA CAMINHADA. Padres da caminhada pedem ao Papa rever a escolha dos bispos e Francisco responde. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 14/09/2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602812-padres-da-caminhada-pedem-ao-papa-rever-a-escolha-dos-bispos-e-francisco-responde>. Acesso em: 10 maio 2021.

PEREIRA, Lívio. A orientação do Papa Francisco aponta para uma Igreja pobre para os pobres. **Brasil de Fato | Crato (CE)**, 10/08/2020. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2020/08/10/a-orientacao-do-papa-francisco-aponta-para-uma-igreja-pobre-para-os-pobres>. Acesso em: 10 maio 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR. **Olhe para a Fome – 2020**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SALANI, Fabíula. Papa Francisco telefona ao padre Julio e pede que ele não desanime. **Revista Fórum**, 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/papa-francisco-telefona-ao-padre-julio-e-pede-que-ele-nao-desanime/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS. Irmã Nathalie Becquart, Subsecretária. Disponível em: <http://www.synod.va/content/synod/pt/noticias/irma-nathalie-becquart--subsecretaria.html>. Acesso em: 10 maio 2021.

SUESS, Paulo. Igreja em saída: compromissos e contradições na proposta missionária do Papa Francisco. **Pistis e Práxis**. Paraná, v. 8, n. 3, p. 659-671, 2016.

WOLFF, Elias. Reformas na igreja: chegou a vez do catolicismo? Uma aproximação dos 50 anos do Vaticano II e os 500 anos da reforma luterana, no contexto do pontificado do Papa Francisco. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 12, n. 34, p. 543-567, 2014.

WOLFF, Elias; COLLET, Raquel de Fátima. Fronteiras eclesiais no pontificado de Francisco. **Cultura Teológica**, São Paulo, v. XVII, n. 93, p. 184-208, 2019.

WOLFF, Elias. Igreja Católica e a fé cristã em tempos de coronavírus/COVID-19. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 60, n. 2, p. 627-648, 2020.